



**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRENTE AO ESTADO
NEOLIBERAL NO BRASIL**

**PUBLIC POLICY FOR SOCIAL ASSISTANCE AGAINST THE NEOLIBERAL
STATE IN BRAZIL**

Francisco Fabio Damasceno

Instituto de Formação Superior do Ceará (Ifesc)

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a Política Pública de Assistência Social no Brasil em um contexto de avanço do neoliberalismo. Diante disso busca-se compreender a assistência social a partir da sua consolidação no Brasil enquanto política pública com Constituição Federal de 1988, fazendo registro dos seus avanços que ocorreram com Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Política Nacional de Assistência Social – PNAS, Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Logo em seguida será contextualizado sobre do que se trata a vertente neoliberal e suas principais marcas no Estado. De modo geral, o trabalho irá pontuar os desafios enfrentados na Política Pública de Assistência Social em meio a governos neoliberais, desde o presidente Fernando Henrique Cardoso, passando pelos governos de Lula e Dilma até chegar no do atual presidente Michel Temer, no qual busca-se conhecer o plano de governo deste, intitulado como “A travessia Social: Uma Ponte Para o Futuro”.

PALAVRAS-CHAVE: Política social. Assistência social. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This study aims to analyze the Public Policy of Social Assistance in Brazil in a context of advancement of neoliberalism. In view of this, it seeks to understand social assistance from its consolidation in Brazil as a public policy with the Federal Constitution of 1988, recording its advances that occurred with Organic Law of Social Assistance - LOAS, National Policy of Social Assistance - PNAS, System Single Social Assistance - SUAS. Soon after, it will be contextualized on what is the neoliberal aspect and its main brands in the State. In general, the work will highlight the challenges faced in the Public Policy of Social Assistance in the midst of neoliberal governments, from President Fernando Henrique Cardoso, through the governments of Lula and Dilma to that of the current president Michel Temer, if you know the government's plan, entitled "The Social Crossing: A Bridge to the Future".

KEYWORDS: Social policy. Social assistance. Neoliberalism.



1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito realizar um estudo sobre uma das políticas sociais pertencentes ao tripé da Seguridade Social, na qual possui caráter não contributivo, e que segundo a Constituição Federal de 1988, é destinada para quem dela necessitar, ou seja, trata-se da Política Pública de Assistência Social.

O principal objetivo deste estudo é analisar a Política Pública de Assistência Social no Brasil em um contexto de avanço do neoliberalismo a partir de uma pesquisa bibliográfica. E os objetivos específicos: compreender a Política Pública de Assistência Social no Brasil frente ao cenário neoliberal; verificar as dificuldades para efetivação da Política Pública de Assistência Social no contexto neoliberal e identificar os desafios enfrentados pela Política Pública de Assistência Social para a consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social diante do contexto neoliberal.

O trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória e bibliográfica. A abordagem, como define Gerhardt; Silveira, (2009, p. 32), se define com o “aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”. Já a leitura do material se define em uma leitura exploratória como mostra Gil (2010, p. 59),

A leitura exploratória pode ser comparada à expedição de reconhecimento que fazem os exploradores de uma região desconhecida. É feita mediante o exame da folha de rosto, dos índices da bibliografia e das notas de rodapé. Também faz parte desse tipo de leitura o estudo da introdução, do prefácio (quando houver), das conclusões e mesmo das orelhas dos livros.

A pesquisa consiste também em uma abordagem qualitativa que de acordo com Gil (2010, p. 29), esse tipo de pesquisa, “é elaborada com base em material já publicado, [...], tradicionalmente esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações anais e artigos científicos [...]”

O desenvolvimento se pautará diretamente sobre todo o contexto enfrentado pela Política Pública de Assistência Social, os avanços que ocorreram no pós Constituição Federal de 1988, tais como criação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, e também do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

Ao final ainda teremos as considerações finais sobre o trabalho realizado, bem como uma análise crítica sobre o funcionamento da Política Pública de Assistência Social no atual contexto em que se encontra o país, sob o comando de governantes que se demonstram verdadeiros defensores da vertente neoliberal.



2 COMPREENDENDO A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 Assistência Social pós Constituição Federal de 1988

A assistência social ganha o status de política pública a partir da Constituição Federal de 1988. De acordo com Faleiros (2009, p. 204), “a Constituição se coloca como liberal-democrática-universalista, expressando as contradições da sociedade brasileira e fazendo conviver as políticas estatais com as políticas de mercado, nas áreas da saúde, da previdência e da assistência social.”.

No entanto, existia a pretensão de deixar no passado aquele viés histórico conservador que caracterizava os serviços do Estado, bem como a assistência social, que se mostrava como um meio para realização de práticas assistencialistas e esparsas do Estado e atividades filantrópicas e de benemerência da Igreja e sociedade civil, trazendo assim a partir de 1988 uma discussão mais voltada para a consolidação e efetivação dos direitos sociais.

A intenção de erradicar a pobreza e garantir, mesmo que de forma mínima, uma qualidade de vida menos vulnerável para a sociedade, é que, a Política Pública de Assistência Social se propaga e se desenvolve no Brasil, de início, ainda com um viés de que é preciso dar uma atenção especializada aos mais pobres e necessitados que não tem muitas condições para subsidiar suas necessidades. Mas, segundo Sposati (1997, p. 36) *apud* Brevilheri; Pastor (2013, p. 358), “o processo de erradicação ou combate à pobreza é meta e exigência do conjunto das políticas econômicas e sociais e não de uma só política”.

Segundo Duarte (2014, p.61) a Política Pública de Assistência Social no Brasil, está direcionada a um contexto de contradições que surgiram do processo de desenvolvimento do capitalismo, uma vez que, este é capaz de gerar algumas implicações para a sociedade na qual acaba provocando uma divisão entre os que muito tem – donos do capital – e os que pouco tem – a classe mais pobre – e que usufrui de forma mais exacerbada dos serviços, programas e projetos da Política Pública de assistência social. Contudo, essa contradição é parcialmente quebrada ao se deparar com a Constituição Federal de 1988, na qual a assistência social entra em cena no contexto político com serviços direcionados para a garantia de direitos.

Mais formalmente a partir da definição de um sistema de seguridade social, alicerçado no tripé saúde, previdência e assistência social, dá-se início a um novo modelo assistencial, visto que como política pública a assistência social passa a ser trabalhada como direito social, com primazia na universalização do acesso e responsabilização do Estado como órgão executor de tais políticas (DUARTE, 2014, p. 61).

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Segundo Duarte (2014, p. 61), “como política pública a assistência social passa a ser trabalhada como direito social, com primazia na universalização do acesso e responsabilização do Estado como órgão executor de tais políticas.”. Com isso, ao se estabelecer no tripé da seguridade social, a Política Pública de Assistência Social passa a assumir parâmetros e princípios conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, assim como mostra no Artigo 203 afirmando que,

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Após a Constituição Federal de 1988, acontece outro grande fato que marca inteiramente a Política Pública de Assistência Social e que se caracteriza como uma norma para esta política, que foi a promulgação da Lei 8.742 sancionando assim a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS que aconteceu durante o governo de Itamar Franco no ano de 1993. Segundo o Artigo 1º da LOAS,

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, reforça ainda mais, os objetivos da Política Pública de Assistência Social presentes na Constituição Federal de 1988. A Lei Orgânica da Assistência Social “representou o reconhecimento da política pública de Assistência Social sob responsabilidade do Estado e deu início a uma das mais ricas trajetórias de política social em nosso país” (BRASIL, 1993).

No entanto, é preciso fazer ressalva que, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da criação da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993, a Política Pública de Assistência Social ainda não se caracterizou de fato inteiramente sob a ótica do direito. Com isso, é fundamental destacar segundo Campos (2009, p. 145), “com a vitória do presidente Fernando Henrique Cardoso vimos um recrudescimento da participação social”, ou seja, acontece nesse momento um avanço de ações assistencialistas também desenvolvidas com apoio da sociedade civil e de instituições privadas, a exemplo disso tem-se o Programa Comunidade Solidária, e também, conforme Draibe (2003, p. 87), “o Programa Comunidade Ativa, o Projeto Alvorada e a Rede de Proteção Social.”.



As ações implementadas durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram essenciais para o início de um novo contexto da Política Pública de Assistência Social. Logo no primeiro ano de mandato – 1995 – acontece a extinção da Lei Brasileira de Assistência – LBA e também do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, sendo que estes não estavam mais sendo capazes de atender as necessidades da população, isso deu espaço ao Conselho Nacional de Assistência Social que foi instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social em 1995.

Duarte, (2014, p. 64) aponta que a construção da Política Pública de Assistência Social foi permeada por intensas discussões que ocorreram dentro das conferências deliberativas, no qual a autora destaca uma maior importância para “as cinco primeiras Conferências Nacionais de Assistência Social, realizadas nos anos de 1995, 1997, 2001, 2003 e 2005, [...]” Essa importância afirma-se na formação e elaboração de novas estratégias para com a construção de uma base mais atualizada para a assistência social em todo âmbito nacional.

A gênese de uma Política Pública de Assistência Social moderna, se desenvolve com a propagação dos programas sociais do Governo Federal, que começam a surgir no final do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sobretudo, compreende-se que os programas sociais ganharam mais intensidade a partir do ano de 2003, quando Luís Inácio Lula da Silva assume a presidência do país e cria o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Luís Inácio Lula da Silva logo estabelece um plano de governo que revolucionou o espaço da Política Pública de Assistência Social em todo o Brasil, é a partir daí que acontece avanço dos programas e projetos sociais para a população. Também foi nesse governo que os cidadãos passam a ser vistos como sujeitos de direitos e dessa maneira começam a participar de forma ativa das ações governamentais. Afirma-se ainda que o governo de Lula teve também a intenção de organizar esta política de proteção social, bem como de garantir uma ampla participação da sociedade com o Conselho Nacional de Assistência Social e as conferências livres no país.

Compreende-se ainda que, as propostas deliberadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social tinham uma grande relevância e decisão para o funcionamento das ações do governo dentro desta política. No entanto, em 2003 foi apresentado neste conselho a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que foi estabelecida no ano seguinte. Segundo Duarte (2014, p.65),

Aprovada em 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS representa o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003. Incorporando

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



as demandas da sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política a PNAS define o novo modelo de gestão e apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

A Política Nacional de Assistência Social determina uma nova gestão para a Assistência Social responsabilizando os três entes administrativos Municípios, Estados e União e Distrito Federal, estabelecendo recursos financeiros para efetivação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Após esse momento, o Conselho Nacional de Assistência Social ordena a necessidade de criar um sistema de gestão mais estratégico que pudesse ter abrangência mais eficaz em todo território nacional, a partir daí surge o Sistema Único de Assistência Social – SUAS em 2005.

Contudo, foi preciso mencionar todo esse percurso enfrentado pela Política Pública de Assistência Social no país, a trajetória que teve após a Constituição Federal de 1988 com o surgimento e consolidação das normas e técnicas que foram definidas para o fortalecimento dessa política social em meio a sociedade. O próximo item tratará de forma específica sobre os avanços e também dificuldades da Política Pública de Assistência Social sob a lógica neoliberal.

2.2 Assistência Social sob a lógica neoliberal no Brasil

A Política Pública de Assistência Social tem se desenvolvido no Brasil de forma significativa, sobretudo nas regiões de vulnerabilidade social, onde existe uma discussão mais voltada para o enfrentamento de determinadas situações que expõe indivíduos a riscos sociais. Neste item, será abordado um pouco da trajetória da Política Pública de Assistência Social dentro da vertente neoliberal, mas antes, cabe contextualizar do que se trata esta lógica.

A vertente neoliberal nada mais é do que uma nova ideologia, trata-se de uma atualização dos princípios do liberalismo. Segundo Carinhato (2008, p. 38), “a ideologia neoliberal contemporânea é, fundamentalmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção estatal na economia”.

No Brasil, a vertente neoliberal passou a se manifestar de forma nítida a partir dos anos 1990 com o governo do Presidente da República Fernando Collor de Melo, segundo Falchetti (s/d, p. 3), “o marco referencial no Brasil foi o governo Collor (1989-92), dando início a uma série de mudanças orientadas pelo Consenso de Washington”. Ainda, conforme a



autora, o Consenso de Washington trata-se de um receituário das ações neoliberais que foram definidas em 1989 em Washington no Estados Unidos.

Entretanto, o neoliberalismo se caracteriza através de um caráter focalizado e fragmentado, causando assim uma série de transformações, como por exemplo: desemprego estrutural e aumento do trabalho informal, assim também como nas indústrias, sendo que estas passaram a sofrer um processo de desindustrialização, ou seja, já não possuem mais um lugar fixo, pois o neoliberalismo fez com que as indústrias fossem atrás de lugares que pudessem gastar menos com investimentos e lucrar mais.

Diante disso, afirma-se que a vertente neoliberal causou uma série de impactos nas políticas sociais, a exemplo, a Política Pública de Assistência Social. No entanto, cabe ressaltar alguns dos avanços e também desafios que esta política pública tem enfrentado para a sua consolidação em meio a governos neoliberais. Sabe-se que os avanços obtidos foram de extrema importância, sendo um deles a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, surgiu logo no primeiro mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva no ano de 2005. A elaboração de um sistema unificado fez com que o acesso aos serviços socioassistenciais se fortalecessem de uma única forma em todo território nacional. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, se caracteriza como uma norma fundamental dentro da Política Pública de Assistência Social, que regula e determina o que está posto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

A implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, revelou uma nova trajetória para a Política Pública de Assistência Social. No entanto, é preciso destacar que o Sistema Único de Assistência Social desde o seu surgimento em 2005, está inteiramente calcado em uma política econômica cheia de contradições que ao mesmo tempo em que pretende garantir os direitos da sociedade, busca atender também suas próprias necessidades.

Se por um lado a PNAS/SUAS representa um avanço democrático da concepção e do desenho institucional para a operacionalização da política de assistência social brasileira, por outro lado, esse avanço está subordinado à lógica neoliberal da política econômica e da estrutura efetiva da política de assistência social do Governo Lula. Dessa forma, a PNAS/SUAS não possui condições objetivas para sua efetivação, podendo, inclusive, servir à proposta antagônica de política de assistência social, fundada na perspectiva neoliberal (SALVANI FILHO *et al*, 2012, p. 31).

O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva desenvolveu no país um avanço bastante considerável, priorizando as classes sociais mais vulneráveis, e dessa forma implementando políticas sociais mais focalizadas com o intuito de combater e reduzir os

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



indicadores de pobreza e a extrema pobreza no Brasil. Este presidente esteve à frente do país durante dois mandatos, o que compreendendo o período de 2003 a 2010.

Em 2010 Luís Inácio Lula da Silva não podendo mais disputar a campanha política para presidente, coloca então Dilma Vana Rousseff, que se tornou a primeira mulher presidente do Brasil. O plano de governo de Dilma Rousseff é em dar sequência os projetos deixados por Luís Inácio Lula da Silva ao sair da presidência em 2010. Afirma-se que a partir desses governos, o Brasil apresentar uma nova face, onde o crescimento econômico, a garantia ao acesso à programas sociais, a qualificação profissional e a qualificação educacional é implementado como estratégias fundamentais para a inserção de inúmeras pessoas no mercado de trabalho, como também em combater as desigualdades sociais.

Afirma-se que nos governos de Lula e Dilma, o modelo neoliberal continuava agindo em meio as políticas sociais, os dois presidentes mantiveram bastante a agenda neoliberal, só que adotaram estratégias para que as pessoas não percebessem de forma tão explícita que o Brasil estava sendo administrado ainda nessa lógica fragmentadora, com estratégias esparsas para atender as necessidades sociais.

O crescimento era visível, e isso dava esperança de dias melhores ao povo brasileiro. Em 2014 Dilma se candidata novamente a presidência do Brasil e é reeleita com a aprovação de mais de 54 milhões de votos válidos. Mas, o segundo mandato de Dilma foi cercado de grandes dificuldades, ao mesmo tempo o Brasil enfrentava uma crise econômica e política como afirma Prando (s/d, p. 15)

A crise econômica que já se mostrava presente no primeiro mandato de Dilma foi se avolumando. Na campanha, sob coordenação de seu marqueteiro, Dilma (candidata) apresenta um país irreal, com intervenção, por exemplo, nos preços da gasolina e da energia elétrica, represando os índices de inflação que viriam a estourar o teto da meta depois de sua eleição. Dilma já eleita teve que agir e realizou políticas contrárias ao que havia dito em campanha. Tal fato foi chamado pela oposição e por muitos eleitores de “estelionato eleitoral”. Conjugou-se a esse difícil quadro econômico, uma crise política, crise de governabilidade, tendo o governo sido, sucessivamente, derrotado no Legislativo. Sua pouca paciência para lidar com os políticos foi, aos poucos, isolando Dilma de seus pares, de seus aliados, do PMDB e até mesmo de Lula e do PT.

O segundo mandato de Dilma foi palco de um momento histórico desencadeado no Brasil por seus opositores políticos derrotados em todas as eleições presidenciais desde 2002, só que dessa vez tinham o apoio do vice presidente Michel Temer. Este, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), se alia com o grupo de deputados federais que se posicionavam contra o governo de Dilma e com isso abrem um processo de *impeachment* no qual fez com que a presidente fosse colocada fora do governo após ter sido derrotada pelos parlamentares na votação do *impeachment* em abril de 2016. De modo geral,

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Dilma, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) *predominantemente* voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros e, a partir de 2015, tendo adotado um programa de governo muito semelhante ao que foi apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB em 2014, foi arrancada da presidência da República porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. Estes agora precisavam de um governo *genuinamente* burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e já não mais prestava de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava. (BRAZ, 2017, p. 87-88)

Esse acontecimento fez com que o próximo da sucessão, no caso Michel Temer, assumisse a presidência do país e colocasse em ação seu plano de governo, intitulado em, “A Travessia Social: Uma ponte para o futuro”. Trata-se de uma proposta desastrosa para o país, o que o presidente considera ser um avanço, se apresenta como regressão. Com esse programa, Michel Temer demonstra ser mais um defensor do neoliberalismo.

Diante disso, as políticas sociais passam a ter inúmeros desafios para sua consolidação em meio a um governo neoliberal, principalmente com a aprovação, segundo Souza (s/d, p. 16), “da Proposta de Emenda Constitucional 55/2016, que se refere ao congelamento com gastos públicos.”. Esta tem como objetivo paralisar os gastos públicos em políticas sociais por durante 20 anos.

Com isso, a Política Pública de Assistência Social passa também a ser alvo de intensos desafios para a consolidação de seus programas, projetos, serviços e benefícios no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Os desafios para essa política já existiam antes, mas com o governo Michel Temer, passaram a ser apresentado de forma mais intensa, e isso se torna preocupante em todo contexto nacional.

O presidente, juntamente com seu grupo político da Câmara Federal e do Senado, começa a acelerar uma série de reformas de maneira específica na Seguridade Social, que envolve as políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social, estas reformas de modo geral coloca em risco os direitos dos trabalhadores e das pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade no país, como por exemplo, o mais pobres.

Portanto, diante de todo o contexto em que se encontra o Brasil, é preciso mencionar que a realidade atual se enquadra como um dos desafios para a Política Pública de Assistência Social, e que muito ainda está por acontecer, haja vista que o Brasil enfrenta um retrocesso e que as políticas sociais tão arduamente conquistadas pela população brasileira e garantidas na Constituição Federal de 1988, estejam passando por um processo de fragmentação, ou seja, de desintegração, em que os desejos individuais se sobrepõem aos direitos sociais.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do trabalho proporcionou conhecer a Política Pública de Assistência Social, realizando uma breve análise sobre como se encontra a referida política social mediante o avanço da vertente neoliberal no Brasil, sendo que esta vertente tem se mostrado bastante visível nos últimos governos.

A Política Pública de Assistência Social se tornou uma política de imensa importância no Brasil, se consolidando como política pública através da Constituição Federal de 1988 fazendo parte do tripé da seguridade social. Esta política passou também a fazer parte de um sistema de garantia de direitos e inclusão social, no qual atende uma parcela da população brasileira através de programas sociais, projetos e benefícios desenvolvidos nos equipamentos da assistência social como Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS.

Porém, é significativo frisar os avanços que Política Pública de Assistência Social tiveram a partir do ano de 2003 com os governos de Lula, e de Dilma a partir de 2010, com uma proposta de erradicar os índices de pobreza e extrema pobreza. É importante recordar que esses avanços foram – e estão sendo – permeados de grandes desafios.

Afirma-se que a Política Pública de Assistência Social, passou a funcionar mediante um tipo de perfil social e através de ações focalizadas, o que caracteriza o neoliberalismo, e isso representou um contratempo quanto a efetivação desta política, principalmente na atual conjuntura do país, sob comando do presidente Michel Temer e da execução de seu programa de governo intitulado como, “A Travessia Social: Uma Ponte para o Futuro”.

De modo geral, o real objetivo desse governo para o Brasil desde quando assumiu, é de comandar o país tendo como base a vertente neoliberal, priorizando a iniciativa privada; fazendo cortes em políticas, programas e projetos destinados as classes mais vulneráveis; aplicando regras e normas no sistema previdenciário que irá dificultar e demorar, ainda mais, o acesso a aposentadoria por idade e também por tempo de trabalho.

Portanto, o trabalho foi de encontro com os objetivos de pesquisa, no que se refere ao avanço da vertente neoliberal e o desenvolvimento da Política Pública de Assistência Social em meio a esse período, no qual mostra que o real desafio para a consolidação desta política em meio ao Estado neoliberal, é a sua atual conjuntura, a forma no qual o governo implementa os serviços, e sobretudo a fragmentação e cortes em gastos públicos.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

_____. **Lei nº 8742. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro 1993

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: DF, setembro 2004.

BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 85-103, abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100085&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 maio 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.095>

CAMPOS, André Luzzi de. **Experiências em movimento: alimentação, cidadania e lutas sociais na zona leste de São Paulo (1993-2006)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.8.2010.tde-03032010-151900. Acesso em: 2017-06-02.

CARINHATO, Pedro Henrique. **Neoliberalismo, reformas do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil**. Artigo publicado na Revista Aurora ano II número 3 – São Paulo – SP, dezembro de 2008.

DUARTE, Maria Isabele. **A Gestão do Sistema Único de Assistência Social nos Municípios de Acaraú-CE e Marco-CE**. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2014.

DRAIBE, Sônia. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social**. Tempo soc., São Paulo, v. 15, n. 2, p. 63-101, Nov. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 02 June 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000200004>.

FALEIROS, Vicente de Paula, 1991 – **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**/ Vicente de Paula Faleiros – 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009

FALCHETTI, Cristhiane Aparecida. **Espaços públicos e a construção de políticas públicas**. Artigo apresentado na IV jornada internacional de políticas públicas. Universidade Federal do Maranhão, programa de pós-graduação em políticas públicas. São Luís – MA, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa** / [organizado por]; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



GIL, Antonio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa/** Antonio Carlos Gil. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

SAVIANI FILHO, Hermógenes. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade.** *Econ. soc.*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 855-860, Dec. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182013000300010&lng=en&nrm=iso>. Access on 30 Oct. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182013000300010>.

SPOSATI, Adaíza. **Desafios para Fazer Avançar a Política de Assistência Social no Brasil.** Serviço social e sociedade. 68 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

PRANDO, Rodrigo Augusto. **Política e estilos de liderança: FHC, Lula e Dilma.** São Paulo – SP, 2016.